

DIÁLOGOS ENTRE A FORMAÇÃO INICIAL EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO E A LIBRAS

Silvio Santiago Vieira *
Diego Jonata Carvalho Dias **

INTRODUÇÃO

Atualmente vivencia-se um momento de importantes transformações para os alunos com surdez, e as nossas atitudes, hoje, podem determinar o fracasso ou sucesso desses alunos; mas não só nossas atitudes como educadores, também como sociedade. É preciso deixar de lado o paternalismo inibidor e encará-los como seres dotados de limitações e potencialidades como outro qualquer.

Para tanto, a formação inicial, em especial e, a formação continuada devem oferecer conhecimentos sobre as particularidades étnico-linguística¹ que emergem à luz da surdez. Corrobora com este pensamento Cristina Lacerda (1998) ao apontar que as propostas educacionais direcionadas para o sujeito surdo têm como objetivo proporcionar o desenvolvimento pleno de suas capacidades; contudo, não é isso que se observa na prática. “Diferentes práticas pedagógicas envolvendo os sujeitos surdos apresentam uma série de limitações”, e esses sujeitos, ao final da escolarização básica, “não são capazes de ter um domínio adequado dos conteúdos acadêmicos”².

Dessa forma, percebe-se que o desafio é grande, mas torná-lo menor é buscar na formação inicial de professores a conscientização das particularidades étnico-linguísticas dos surdos, a fim de promover estreitamentos de laços na relação futuros professores e alunos surdos.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA SURDOS COMO GESTÃO DE CONHECIMENTO

Sendo a educação de qualidade a resposta a um direito de todo ser humano para formar-se através de um desenvolvimento harmonioso de todas as suas capacidades, a educação para todos significa a acessibilidade que todo sistema educativo deve assegurar aos cidadãos não importa a diversidade que eles manifestem enquanto raça, credo, idade, gênero, características físicas, culturais e sociais.

* Professor de Educação Especial/Libras do Departamento de Ensino Especializado (DEES) da Universidade do Estado do Pará (UEPA/CCSE). Líder do Grupo de Estudos Surdos & Interfaces (GESI) do Instituto de Educação e Cultura do Pará (IEPA/UNIEPA). Mestrando em Ciências das Religiões (FUV). E-mail: saintvier@gmail.com.

** Discente do curso de Licenciatura em Ciências da Religião da Universidade do Estado do Pará (UEPA/CCSE). Discentes do Curso de Licenciatura em História (UNINTER). Bolsista do Programa de Bolsas de Pesquisa do Instituto de Educação e Cultura do Pará (IEPA/UNIEPA). Membro do Grupo de Estudos Surdos e Interfaces (GESI/IEPA/UNIEPA). E-mail: carvalhodias.dd@gmail.com.

¹ Segundo Assis Silva, surgiram diversas categorias que normatizam uma concepção de surdez afirmada e performatizada como particularidade étnico-linguística: Surdos, povo surdo ou comunidade surda e a Libras torna-se uma categoria linguística. Para saber mais ler: ASSIS SILVA, Cesar Augusto de. *Cultura Surda: agentes religiosos e a construção de uma identidade*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

² Para saber mais, ver: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. *Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos*. Cad. EDES vol.19 n.46 Campinas Sept. 1998.

Neste sentido, não são pessoas que deveriam adaptar-se as condições da educação desenhada e administrada em função das características de uma parte da sociedade, mas sim a organização social e material que deveria ser adequada para atender as necessidades particulares e características próprias das pessoas. Esta qualidade da educação é justamente hoje um dos parâmetros de sua qualidade, da mesma forma que uma sociedade bem organizada, é aquela que é capaz de satisfazer as necessidades básicas de todos seus membros. Essa seria justamente a característica predominante de uma “sociedade inclusiva”.

Portanto, uma formação de professores que não tente adequar o seu corpo discente para que esse ideal possa pairar pelos corredores e compartimentos da escola, tenderá a erigir uma educação instável. Nesse sentido a educação como processo social poderá ser inclusivo ou excludente segundo os fatores, extra escolares, que fazem possível o não acesso, o não progresso e a não realização plena na educação.

As últimas décadas foram muito relevantes para a comunidade surda no Brasil. Para o seu progresso, passaram a discutir a importância de oferecer uma educação bilíngue para pessoas surdas. Como consequência das discussões e reivindicações, surge o decreto assinado em 22 de Dezembro de 2005 de nº 5.626, que regulamentou a Lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2002. Decreto este, relevante para guiar a educação de alunos surdos. O decreto, inaugura, normatividades jurídicas quanto ao ensino e aprendizagem da Libras nos cursos de formação de professores, previsto em seu Art. 3º³.

Dessa forma, o referido decreto, buscou a disseminação da Libras e o interesse em futuros profissionais inteirados da singularidade linguística dos alunos surdos, uma vez que o decreto nº 5.626/05, diz que as universidades têm o dever de incluir a Libras na participação e realização em projetos de ensino pesquisa e extensão para que seja observada e vivenciada no âmbito acadêmico pelo corpo discente das Instituições de Ensino Superior (IES).

METODOLOGIA

O local da pesquisa foi o Curso de Licenciatura em CR da UEPA, localizada na região metropolitana de Belém-PA. Foram entrevistados cinco alunos e um ex-aluno do Curso de CR, o qual está cursando Mestrado em Ciências da Religião na mesma instituição, a saber, alunos ouvintes. A seleção dos alunos foi feita partir do critério já ter cursado Libras. Foi aplicada uma entrevista, contendo cinco perguntas abertas. Os instrumentos de coleta de dados foram gravador de áudio e observação e diálogos informais durante as entrevistas.

Tratou-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, onde utilizamos a Análise do Discurso (AD) como categoria de análise, apoiados nos estudos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

A partir das entrevistas foi possível identificar as formas como os sujeitos materializam e ressignificam os conteúdos aprendidos durante a disciplina Libras. Orlandi (2001) reforça este pensamento quando diz que um discurso aponta para outros discursos que o sustenta, sendo parte de um processo discursivo mais amplo e sistematicamente contínuo⁴. Todo dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginado ou possíveis. A seguir discutiremos algumas das respostas colhidas durante as entrevistas. As perguntas aplicadas foram as seguintes: 1 - Na sua formação, você recebeu algum treinamento específico para lidar com surdos? 2 - O que você entende sobre surdez? 3 - Como você fará para se comunicar com os alunos surdos que frequentarão suas aulas? 4 - Na sua opinião, os alunos surdos têm o mesmo aproveitamento das aulas que os alunos ouvintes?

³ Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia.

⁴ Para saber mais, ver: ORLANDI, Eni, P.(org.) *Discurso Fundador*. 3ª ed. Campinas: Pontes, 2003.

Se não, a que você atribui o déficit de aproveitamento dos alunos surdos? 5 - O que você poderá fazer para otimizar/melhorar o aproveitamento dos alunos surdos nas aulas de ensino religioso?

A Segunda pergunta foi, relativamente, a mais fácil e, ao mesmo tempo, mais complexa, pois observamos que alguns dos sujeitos não sabem discorrer sobre o assunto nas perspectivas propostas pela disciplina Libras, resguardando-se a falar sobre a partir do senso comum.

Observamos que o Entrevistado 2 não compreendeu os aspectos identitários (visão cultural) e também as categorizações da surdez a partir dos graus de perdas auditivas (visão patológica), ensinados na disciplina Libras, na medida em que faz uma generalização da surdez como sendo “alguém que não ouve”.

Na terceira indagação observamos algumas descomposturas latentes dos sujeitos da pesquisa, mas vamos frisar somente em duas: inicialmente recordamos de Brandão (2007), que afirma que, o professor deve ser epistemologicamente curioso. Inicialmente no discurso da Entrevistada 4 observamos a abstinência desse ser epistemologicamente curioso e esse fato pode ser devastador para um futuro professor. Outro ponto relevante é a falta de compromisso de alguns profissionais que trabalham na área educacional, principalmente os que trabalham com a formação de novos profissionais.

Entrevistada 4: “no meu curso, não fui habilitada para me comunicar com o surdo (...) a professora ter ido para sala poucas vezes em todo o ano da disciplina, portanto foi difícil compreender a disciplina”.

Em relação a quinta pergunta, ela foi feita para observar as possibilidades que o futuro professor de Ensino Religioso poderá proporcionar para os seus alunos surdos, todavia a partir das respostas anteriores já esperava-se tal resposta para tal indagação. Os sujeitos transferem seus fracassos para a instituição ou para o formador. Ressalta que a formação do professor ocorre por meio de um conjunto de elementos e não somente por tal indivíduo ou instituição.

Entrevistado 5: “(...) vou ter que estudar sobre o assunto junto com o apoio político pedagógico da escola, na tentativa de melhorar a aula”.

CONCLUSÃO

As indagações suscitadas sobre a dinâmica de inclusão, os discentes de Ciências da Religião complementaram que o curso frisa bastante em determinados assuntos, a exemplo: as leis as quais exige o ensino de determinadas tradições religiosas em sala de aula (Lei 10.639/03 e 11.645/07), todavia poucos discentes ouviram algo sobre a obrigatoriedade do ensino de Libras, ou até do interprete quando preciso para a inclusão de alunos surdos. Pensa-se ainda que a função desse professor em sala é proporcionar ou abrir os sistemas de ensino e novas ideias a diferença e a mudança, em vez de reproduzir descomposturas históricas em determinados grupos, isto é, o professor de ER deve prezar por uma nova concepção de ensinar e de exercer a aprendizagem em sala de aula.

Alguns dos entrevistados retificam a relevância da inclusão na educação hodierna, contudo temos a consciência que ainda falta muitas coisas para a escola ser inclusiva, em especial, na perspectiva da educação bilíngue. Nota-se que a comunidade escolar desconhece ou ofusca a Libras e entre outros. Adendo, parte desses discentes objetos da pesquisa, afirmaram que não tiveram contato com sala ou turmas inclusivas, nem mesmo no período de estágio e nem foram instigados a participar de turma inclusiva.

Frisamos que as perguntas elaboradas refletem sobre o processo de inclusão e as dificuldades que os futuros professores e professores enfrentarão na escola e também nas possíveis universidades. Ademais a Língua Brasileira de Sinais no curso de Ciências da Religião tem o objetivo, desconstruir ou ressignificar o conceito de deficiência, ressalta-se que a Libras para alguns graduandos suscita novas possibilidades de observar a comunidade ou até mesmo engendrar novos campos de pesquisa: Ciências da Religião e Inclusão, Surdez e Inclusão na perspectiva das Ciências da Religião entre outras possibilidades.

REFERÊNCIAS

ASSIS SILVA, Cesar Augusto de. *Cultura Surda: agentes religiosos e a construção de uma identidade*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

BRASIL. *Decreto N° 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 16 set. 2016.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. *Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos*. Cad. EDES vol.19 n.46 Campinas Sept. 1998.

ORLANDI, Eni, P.(org.) *Discurso Fundador*. 3ª ed. Campinas: Pontes, 2003.

SILVA, Kassiano de Kássio Rosa da, SANTIAGO-VIEIRA, Silvio. *Ensino de Língua Brasileira de Sinais na Formação Inicial de Professores de Educação Física*. In: IV Roda de Conversa do GESI. Belém: IEPA, 2016.